

Associação dos Engenheiros da Petrobras – Aepet

Nota Técnica

Emenda nº 4 ao Projeto de Lei nº 4.567, de 2016

O Deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA) apresentou a Emenda nº 4 ao Projeto de Lei nº 4.567, de 2016, cujo objetivo é garantir a participação da Petrobras nas áreas estratégicas no polígono do Pré-Sal.

Nos termos dessa Emenda, que foi objeto de destaque para votação no Plenário da Câmara dos Deputados, são consideradas estratégicas as áreas com volume recuperável acima de 1 bilhão de barris.

Nesse polígono, existem cerca de 30 áreas em condições de serem licitadas. Dessas áreas, apenas três têm potencial para volumes recuperáveis superiores a 1 bilhão de barris.

Dessa forma, a Emenda não impede que cerca de 27 áreas sejam licitadas, mas preserva o interesse nacional ao garantir que a Petrobras participe de áreas estratégicas como Saturno, Pau-Brasil e Peroba.

Áreas estratégicas como essas podem gerar elevados recursos para as áreas de educação e saúde, e para o próprio País, haja vista que a Petrobras, como empresa estatal, gera elevados dividendos para a União.

O custo de extração da Petrobras no Pré-Sal é inferior a US\$ 8 por barril. Somados outros custos, a estatal produz nessa província a custos totais da ordem de US\$ 20 por barril, custo esse que vem caindo ao longo dos últimos anos.

Esse baixo custo da Petrobras decorre da tecnologia já desenvolvida e da infraestrutura já implantada na área. A

presença da Petrobras nas áreas estratégicas é a garantia da soberania energética nacional e de recursos para o Estado.

A Aepet considera que a Emenda nº 4 é tecnicamente adequada, pois julga importante que antes de qualquer licitação, seja feita uma avaliação do potencial de cada área.

Entende, ainda, que está implícito na Emenda nº 4 que o volume recuperável de 1 bilhão diz respeito a jazidas comercialmente viáveis com tecnologia já dominada. Também considera que regulamento do Poder Executivo poderá detalhar os critérios objetivos para avaliação do volume comercialmente recuperável.

Em suma, a Emenda nº é tecnicamente adequada, atende ao interesse público e os mais legítimos interesses da Petrobras.

Fernando Siqueira

Vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras

Julga, importante, que os investimentos em áreas não estratégicas possam ser feitos no curto prazo por outras empresas, gerando emprego, renda e royalties para Estados e Municípios. É importante reconhecer as dificuldades financeiras e econômicas de Estados confrontantes com a plataforma continental como Rio de Janeiro.